

## GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

## Aviso de Contratação 22/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2025	120001-GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	EDJA CAROLLINE CARVALHO SCALERCIO	01/12/2025 10:18 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	12/2025	67000.009741/2025-93

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

120001-12/2025

## CONTRATANTE (UASG)

120001

## OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para suporte de informática.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 21.852,42

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação do aviso no PNCP e D.O.U.

## HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08:00 até 14:00h

**Link:** <http://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 12/GABAER/2025**

**(Processo Administrativo nº 67000.009741/2025-93)**

Torna-se público que o Gabinete do Comandante da Aeronáutica, por meio da Seção de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de aquisição de materiais de consumo para suporte de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1 Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não se aplica à presente contratação.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br /compras](http://www.gov.br/compras)).

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

3.3.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio ;

3.3.11. organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.12. sociedades cooperativas.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.3.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.4 e 3.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.4, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição; e

4.9.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.10. O fornecedor deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 5. DA FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de cada item, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o gestor poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta.

6.4. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o gestor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1. Sicaf;

6.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa fornecedora.

6.7. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa fornecedora, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.8. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.8.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.8.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.9. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.

6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.11.1. conter vícios insanáveis;

6.11.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

6.11.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.12 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.13. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.13.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.13.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



- 6.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.18. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Não se aplica na presente contratação

## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. Não se aplica na presente contratação

## **10. DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.1.1 A Nota de Empenho será enviada para o endereço eletrônico do contratado, por meio do e-mail cadastrado no SICAF, ou no e-mail presente em sua proposta

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções administrativas, bem como sua dosimetria, deverão seguir o previsto na PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023 (Item 3.2.32 do Manual de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica), alterada pela Portaria GABAER nº 898 /GC4, de 14 de janeiro de 2025 (Item 4.4 do Manual de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica).

11.2. A referida Portaria poderá ser acessada por meio do sítio eletrônico <https://www.sislaer.fab.mil.br/>

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência.

12.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

Brasília, na data da assinatura.

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL**

Gestora de Licitação



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	AVISO DE CONTRATAÇÃO Nº 120001-000022-2025 (Ass. GL, ACI e OD)
Data/Hora de Criação:	01/12/2025 13:28:40
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	a30bc165929d387d4317a6c1025f32f1
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 01/12/2025 às 11:49:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RODRIGO DE OLIVEIRA LEITE no dia 01/12/2025 às 12:02:04 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE no dia 01/12/2025 às 13:06:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel GUSTAVO PESTANA GARCEZ no dia 01/12/2025 às 15:37:38 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

Termo de Referência 108/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
108/2025	120001-GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN	12/11/2025 14:16 (v 0.13)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	12/2025	67000.009741/2025-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para suporte de informática, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Par de conversores de mídia para transmissão de dados em redes Gigabit Ethernet 10/100 /1000 Mbps, compatíveis com os padrões IEEE 802.3ab, IEEE 802.3u e IEEE 802.3x, operando em modo monomodo com tecnologia WDM (multiplexação por divisão de comprimento de onda), permitindo comunicação bidirecional por meio de uma única fibra óptica; cada unidade deve possuir uma porta RJ45 para conexão elétrica e uma porta SC para conexão óptica, com comprimentos de onda de transmissão e recepção de 1310 nm e 1550 nm, respectivamente, alternados entre os dispositivos A e B; alcance de transmissão de até 20 km, suportando pacotes jumbo de até 9K bytes, com taxa de transferência de até 1.000 Mbps; indicadores LED para status de operação e diagnóstico, incluindo alimentação, link e atividade; alimentação por fonte externa com entrada de 100–240 V AC e saída de 5 V DC, consumo máximo de 1,5 W; carcaça metálica com acabamento resistente; temperatura de operação deve variar entre -20°	632161	UN	02	R\$ 200,00	R\$ 400,00

	C a 75°C e umidade relativa de 5% a 95% sem condensação; o produto deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: HTB-GS-03-20KM, Marca: Netlink					
2	Kit extensor HDMI sem fio composto por um transmissor e um receptor, predominantemente na cor preta, projetado para transmitir sinais de áudio e vídeo em alta definição (Full HD 1080p a 60Hz) sem a necessidade de cabos para até quatro receptores compatíveis de forma simultânea, com alcance de até 200 metros em ambiente aberto, utilizando frequência de transmissão sem fio na faixa de 2.4GHz e 5GHz (5.8G, transmissão em duas bandas) para garantir baixa latência e alta estabilidade; o transmissor possui função de loopout HDMI, permitindo a conexão simultânea a um monitor local e ao receptor remoto, e suporta controle remoto IR, possibilitando o controle de dispositivos conectados à distância; compatível com diversos dispositivos, como câmeras DSLR, laptops, projetores e sistemas de entretenimento, o kit oferece instalação simples com tecnologia Plug and Play, dispensando a necessidade de drivers ou configurações adicionais; a embalagem deve conter: 01 (um) receptor sem fio (RX), 01 (um) transmissor sem fio (TX), 04 (quatro) antenas compatíveis, 02 (dois) cabos Tipo C, 02 (dois) adaptadores /fonte de energia (5V e 2A, Bivolt), 02 (dois) cabos IR e 01 (um) manual; o produto deve ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: 2A9OZ-WL009, Marca BovBox.	480443	UN	02	R\$ 1.496,36	R\$ 2.992,72
	Sistema de microfone de lapela sem fio digital UHF, composto por 01 (um) microfone de grampo (lapela) condensador com padrão omnidirecional polar cardioide (Padrão ME 2), resposta de frequência de 50 Hz a 18.000 Hz, sensibilidade de 40 mV/Pa, nível de pressão sonora máximo de 120 dB SPL, nível de ruído equivalente de pelo menos 31 dB, cabo com comprimento de pelo menos 1,6 metros e conector TRS de 3,5 mm; com 01 (um) transmissor bodypack com potência de transmissão de 10 mW ERP, alimentação por 2 pilhas AA de 1,5 V (inclusas) ou bateria recarregável opcional, autonomia de até 8 horas com pilhas alcalinas, dimensões					



3	aproximadas de 63 x 80 x 20 mm e peso de aproximadamente 120 g; com 01 (um) receptor de mesa ou para montagem em rack (1/2 rack, 1U), com largura de banda de 56 MHz, até 2.240 frequências selecionáveis, resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, latência de 1,9 ms, conectores de saída XLR balanceado e P10 (1/4") não balanceado, com antenas BNC removíveis, alimentação por adaptador AC/DC (11–13 VDC, 300 mA), dimensões aproximadas de 212 x 44 x 189 mm; sistema compatível com aplicativo de configuração via Bluetooth Low Energy, permitindo emparelhamento e gerenciamento remoto; o produto deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: EW-D ME2 Set (nº 508700), Marca: Sennheiser.	628026	UN	02	R\$ 7.480,00	R\$ 14.960,00
4	Caixa de cabo de par trançado do tipo UTP, categoria 6, adequado para instalações de redes de dados estruturadas de alto desempenho, com frequência de operação de até 250 MHz e compatível com os padrões TIA/EIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801 Classe E, desenvolvido para suportar aplicações de transmissão de dados em velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet) e aplicações PoE passivas e ativas (IEEE 802.3af/at), fabricado com condutores sólidos de cobre eletrolítico, isolados individualmente por material termoplástico, com capa externa em PVC antichama na cor azul, livre de chumbo (Lead Free), com impressão contínua de metragem e identificação sequencial a cada metro, para melhor gerenciamento da instalação; fornecido em caixa tipo easy box de 305 metros (1000 pés), com sistema interno que permite fácil extração do cabo sem torções; resistente a interferências eletromagnéticas, com controle de impedância e baixa perda de inserção (IL), atendendo aos requisitos de desempenho de NEXT, PSNEXT, ACR e RL, certificado pela ANATEL; o item deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, contendo identificação do lote, fabricante, e especificações técnicas impressas; deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: 79217, Marca: SOHOPLUS.	389712	UN	02	R\$ 1.525,00	R\$ 3.050,00
	Kit portátil Localizador e Testador de Cabos de rede, composto por 01 (uma) unidade transmissora (gerador de tom / cabo remoto / caneta indutiva) e 01 (uma) unidade receptora					

5	(testador / detector / “zumbidor”); com capacidade para identificar condutores elétricos ativos DC, determinar polaridade (ânodo e cátodo), testar continuidade, identificar curto-circuito, circuito aberto e fios cruzados (conexão invertida); receptor com alerta sonoro (bip) ajustável, função de auto check que compensa automaticamente variações de carga elétrica/bateria, caneta indutiva com LED frontal para iluminação auxiliar; compatível com cabos de rede (Cat.3, Cat.5e, Cat.6, Cat.6A), telefone (par metálico) e coaxial; controle de volume para bip no receptor; desligamento automático em período de inatividade; alimentação por 02 (duas) baterias alcalinas de 9 VDC; corrente máxima do emissor aproximadamente ≤ 9 mA e do receptor aproximadamente ≤ 28 mA; dimensões aproximadas: transmissor com cerca de 14 x 4,8 x 3,2 cm, receptor com cerca de 17,6 x 4,8 x 2,5 cm; peso do conjunto aproximadamente 458 g; acompanha fone de ouvido, cabo de teste com conector RJ-45, manual em português, estojo ou estojo de transporte; o produto deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de referência: WH806R, Marca: Seccon/Exbom.	329166	CX	03	R\$ 149,90	R\$ 449,70
---	---	--------	----	----	------------	------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da Nota de Empenho na forma, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000020/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 86;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, e em atendimento ao princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, esta contratação observa as normas que regulamentam o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias, bem como as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição.

Nos termos da legislação vigente, não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais, ou em aterros não licenciados;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados pelos órgãos ambientais competentes;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços, cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos ou redes de eletricidade e telefonia, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

4.2. Com o objetivo de mitigar impactos ambientais promover práticas responsáveis no uso de materiais e equipamentos, esta contratação prevê a adoção das seguintes medidas:

- Incentivo ao uso de materiais recicláveis e reciclados: sempre que tecnicamente viável, optou-se por materiais com conteúdo reciclado, como papel reciclado para etiquetas e embalagens, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos.
- Orientação para o correto descarte dos resíduos: foi instituído protocolo para o recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos materiais consumidos, promovendo o retorno de cartuchos vazios, pilhas e baterias aos fornecedores ou a pontos de coleta autorizados, em conformidade com a legislação ambiental e as normas de logística reversa.
- Redução do impacto das embalagens: priorizou-se a utilização de embalagens com menor volume e confeccionadas com materiais reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo o volume de resíduos gerados e facilitando o reaproveitamento.
- Conformidade ambiental: buscou-se o atendimento a normas e certificações ambientais reconhecidas, assegurando a origem responsável dos produtos e sua fabricação conforme práticas sustentáveis.
- Redução de substâncias nocivas: priorizaram-se produtos com menor concentração de substâncias tóxicas ou poluentes, especialmente aqueles que cumpram os requisitos de restrição de metais pesados e contaminantes presentes em pilhas, baterias e equipamentos eletroeletrônicos, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição.

4.3. Dessa forma, esta contratação observará integralmente as normas de logística reversa e de destinação ambientalmente adequada, garantindo que pilhas e baterias eventualmente utilizadas nos equipamentos adquiridos sejam recolhidas e encaminhadas a pontos de coleta, fabricantes ou fornecedores responsáveis, de acordo com a legislação ambiental vigente e as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## **Subcontratação**

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação de fornecimento após emissão da correspondente nota de empenho, em remessa única.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

# **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 Por se tratar de aquisição de bens para entrega imediata por meio de dispensa de licitação em razão de valor, o instrumento de contrato poderá ser substituído pela Administração por outro instrumento hábil, como nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme previsão do Art. 95, Incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

# **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. As infrações e sanções administrativas seguem o previsto na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, alterada pela Portaria GABAER nº 898/GC4, de 14 de janeiro de 2025, que pode ser obtida por meio do link: <<http://www.sislaer.fab.mil.br/TerminalWebCENDOC/acervo/detalhe/47446>>.

# **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

## **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/10/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras, conforme Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de até 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

9.27. Conforme previsão no inciso III, do Art. 70, da Lei 14.133/2021, a exigência de qualificação técnica será dispensada por ser tratar, a presente, de contratação para entrega imediata de bens.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 21.852,42 (Vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Para o item 1:

- I) Gestão/unidade: 0001/120001;
- II) Fonte de recursos: 1050000140;
- III) Programa de trabalho: 168919;
- IV) Elemento de despesa: 449052 e
- V) Plano interno: GB63100100.

11.2.2. Para os itens 2, 3, 4 e 5:

- I) Gestão/unidade: 0001/120001;
- II) Fonte de recursos: 1050000140;
- III) Programa de trabalho: 168919;
- IV) Elemento de despesa: 339030 e

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas .

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.19 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.









MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	12/11/2025 18:01:58
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	91b4bea025adc51ed414571b4a67149e
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN no dia 12/11/2025 às 15:03:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS no dia 12/11/2025 às 15:04:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA LEITE no dia 12/11/2025 às 15:22:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA LEITE no dia 12/11/2025 às 15:24:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE no dia 13/11/2025 às 07:57:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel GUSTAVO PESTANA GARCEZ no dia 14/11/2025 às 12:42:35 no horário oficial de Brasília.

# CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Documento já foi assinado na DNR)
Data/Hora de Criação:	26/11/2025 14:26:52
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	4936e56db363c9f298e0ef52884e1df9
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE no dia 26/11/2025 às 15:01:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RODRIGO DE OLIVEIRA LEITE no dia 26/11/2025 às 15:01:38 no horário oficial de Brasília.



4.1.1 O objeto poderia ser enquadrado como material de TIC, por se adequar à definição constante na alínea "a" do item 1.1 do Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, regida pela Lei nº 14.133, de 2021. No entanto, a aplicação da IN nº 94/2022 é facultativa e não será aplicada à presente contratação, tendo em vista se tratar de contratação cuja estimativa de preços é inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor que são normatizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações.

#### **Da vigência da contratação:**

4.2 O prazo de vigência da contratação é de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Da entrega e recebimento dos bens:**

4.3. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação de fornecimento via e-mail, após a emissão da nota de empenho, no seguinte endereço Seção de Material de Intendência (SMI) do GABAER, situada no subsolo do prédio do Comando da Aeronáutica, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "M", CEP 70045-900, Brasília/DF, número de telefone (61) 3966-9781.

4.3.1 A entrega de materiais deverá ocorrer nos dias úteis de segunda a quinta-feira das 9:00h às 11:30h e das 14h às 16:30h e às sextas-feiras, das 8:00h às 11:30h, recomenda-se que realizem contato antecipado sobre a entrega a fim de evitar algum tipo de transtorno. As empresas fornecedoras deverão observar rigorosamente o cumprimento desses horários, ficando sujeitas a devolução da mercadoria em caso de remessa fora do horário fixado.

4.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9 A contratada será responsável pelo transporte, acondicionamento e embalagem dos itens a serem fornecidos.

4.10 Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso e da edição mais recente do mercado.

4.11 Havendo discrepância entre a descrição dos itens do Comprasnet, do Estudo Técnico Preliminar, e do Termo de Referência, prevalecerão o descrito no Termo de Referência.

4.12 Os itens da presente contratação não constam no catálogo eletrônico de padronização do governo disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

#### **Da vedação à participação de empresas em consórcio**

4.13 Nos termos do presente processo de contratação, não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. Tal restrição justifica-se em razão da natureza do objeto licitado, que se caracteriza como bem ou serviço comum, de baixa complexidade, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, mediante especificações correntes no mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.14 Ressalte-se que a vedação ora estabelecida não configura limitação à competitividade, mas, ao revés, visa resguardá-la, na medida em que a constituição de consórcios entre empresas que, individualmente, possuem plena capacidade para atender à demanda poderia reduzir o universo de potenciais licitantes, ocasionando distorções e, eventualmente, frustrando os objetivos da licitação, delineados no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Da garantia:**

4.15 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.16 No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

4.17 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão da baixa complexidade do objeto e do baixo nível de risco na execução contratual.

#### **4.18 Da amostra**

4.18.1 Não será necessária exigência de amostra, visto que as características dos produtos são comuns e de fácil percepção de sua qualidade, tamanho e formato, por meio de seus manuais.

#### **4.19 Sustentabilidade**

4.19.1 Em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, e em atendimento ao princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, esta contratação observa as normas que regulamentam o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias, bem como as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª edição.

Nos termos da legislação vigente, não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais, ou em aterros não licenciados;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados pelos órgãos ambientais competentes;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços, cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos ou redes de eletricidade e telefonia, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

4.19.2 Com o objetivo de mitigar impactos ambientais promover práticas responsáveis no uso de materiais e equipamentos, esta contratação prevê a adoção das seguintes medidas:

- **Incentivo ao uso de materiais recicláveis e reciclados:** sempre que tecnicamente viável, optou-se por materiais com conteúdo reciclado, como papel reciclado para etiquetas e embalagens, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos.
- **Orientação para o correto descarte dos resíduos:** foi instituído protocolo para o recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos materiais consumidos, promovendo o retorno de cartuchos vazios, pilhas e baterias aos fornecedores ou a pontos de coleta autorizados, em conformidade com a legislação ambiental e as normas de logística reversa.
- **Redução do impacto das embalagens:** priorizou-se a utilização de embalagens com menor volume e confeccionadas com materiais reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo o volume de resíduos gerados e facilitando o reaproveitamento.
- **Conformidade ambiental:** buscou-se o atendimento a normas e certificações ambientais reconhecidas, assegurando a origem responsável dos produtos e sua fabricação conforme práticas sustentáveis.
- **Redução de substâncias nocivas:** priorizaram-se produtos com menor concentração de substâncias tóxicas ou poluentes, especialmente aqueles que cumpram os requisitos de restrição de metais pesados e contaminantes presentes em pilhas, baterias e equipamentos eletroeletrônicos, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição.

4.19.3 Dessa forma, esta contratação observará integralmente as normas de logística reversa e de destinação ambientalmente adequada, garantindo que pilhas e baterias eventualmente utilizadas nos equipamentos adquiridos sejam recolhidas e encaminhadas a pontos de coleta, fabricantes ou fornecedores responsáveis, de acordo com a legislação ambiental vigente e as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Inicialmente, convém destacar a necessidade da Administração em dispor dos seguintes itens essenciais para o suporte de informática e manutenção da infraestrutura tecnológica:

### 5.1.1. Itens a serem adquiridos

- Par de conversores de mídia para transmissão de dados em redes Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps;
- Kit extensor HDMI sem fio composto por transmissor e receptor para sinais Full HD 1080p a 60Hz;
- Sistema de microfone de lapela sem fio digital UHF, com microfone condensador e padrão cardioide;
- Caixa para cabo de par trançado UTP categoria 6, compatível com padrões TIA/EIA-568-C.2 e ISO/IEC 11801 Classe E;
- Kit portátil localizador e testador de cabos de rede, com gerador de tom, detector e funções de teste diversas.

### 5.1.2. Análise das Modalidades de Contratação: Aluguel x Aquisição

### 5.1.3. Aluguel

### Vantagens:

- Permite o uso temporário dos equipamentos, ideal para demandas pontuais ou eventos específicos;
- Reduz investimento inicial, transferindo custos de manutenção para o fornecedor;
- Possibilidade de atualização tecnológica ao final do contrato.

### Desvantagens:

- Custo acumulado pode ser maior em uso prolongado;
- Dependência do fornecedor para fornecimento e manutenção;
- Menor controle sobre o equipamento e possíveis restrições de uso.

#### 5.1.4. Aquisição

### Vantagens:

- Processo administrativo simplificado e mais ágil, adequado para necessidades urgentes;
- Permite a aquisição direta, favorecendo melhor negociação e escolha do fornecedor;
- Reduz custos administrativos e burocráticos;
- Garantia de conformidade legal quando respeitados os limites e justificativas previstos na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, artigo 75).

### Desvantagens:

- Aplicável somente para aquisições abaixo dos limites legais para dispensa;
- Necessita de justificativa técnica e comprovação documental para evitar questionamentos;
- Limita a concorrência, o que exige cuidado para garantir transparência e economicidade.

## 5.2. Conclusão

5.2.1. Considerando que os materiais listados são essenciais para a manutenção e aprimoramento da infraestrutura de informática da instituição, e que os valores estimados para aquisição estão dentro dos limites legais para dispensa de licitação, conclui-se que:

- A aquisição, por meio de dispensa de licitação, é a modalidade mais adequada para esta contratação, pois permite agilidade, redução da burocracia e segurança jurídica;
- O aluguel, embora útil para demandas temporárias, não se mostra vantajoso para os itens de uso contínuo e permanente previstos;
- A contratação direta via dispensa assegura maior controle sobre os bens e melhor custo-benefício a médio e longo prazo.

5.2.2. Dessa forma, recomenda-se a adoção da dispensa de licitação para aquisição dos materiais de consumo para suporte de informática relacionados neste documento, observando os requisitos legais e acompanhada de justificativa técnica e documentação comprobatória.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução consiste na aquisição dos materiais de consumo para suporte de informática por meio de dispensa eletrônica, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2 Por se tratar de contratação cuja estimativa de preços é inferior ao limite previsto no referido inciso, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor, a mesma é normatizada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações. A aplicação da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, é facultativa, exceto quanto ao disposto nos arts. 6º e 24 dessa Instrução Normativa, os quais devem ser observados.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A fim de assegurar a eficácia e a continuidade das atividades relacionadas aos materiais de consumo para suporte de informática nesta Unidade, o dimensionamento da demanda foi realizado levando em conta o desgaste dos itens, decorrente do uso frequente, bem como a necessidade de reposição periódica. Os dados detalhados sobre os materiais e as quantidades a serem adquiridas encontram-se na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	JUSTIFICATIVA
1	Par de conversores de mídia para transmissão de dados em redes Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps, compatíveis com os padrões IEEE 802.3ab, IEEE 802.3u e IEEE 802.3x, operando em modo monomodo com tecnologia WDM (multiplexação por divisão de comprimento de onda), permitindo comunicação bidirecional por meio de uma única fibra óptica; cada unidade deve possuir uma porta RJ45 para conexão elétrica e uma porta SC para conexão óptica, com comprimentos de onda de transmissão e recepção de 1310 nm e 1550 nm, respectivamente, alternados entre os dispositivos A e B; alcance de transmissão de até 20 km, suportando pacotes jumbo de até 9K bytes, com taxa de transferência de até 1.000 Mbps; indicadores LED para status de operação e diagnóstico, incluindo alimentação, link e atividade; alimentação por fonte externa com entrada de 100–240 V AC e saída de 5 V DC, consumo máximo de 1,5 W; carcaça metálica com	02	O material, na quantidade pretendida, destina-se à aplicação em suporte às atividades administrativas e sistêmicas do GABAER e Organizações Militares (OMs) apoiadas, com aplicação no parque computacional sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Informação e



	acabamento resistente; temperatura de operação deve variar entre -20°C a 75°C e umidade relativa de 5% a 95% sem condensação; o produto deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: HTB-GS-03-20KM, Marca: Netlink.		Comunicações (ATIC) desta OM.
2	Kit extensor HDMI sem fio composto por um transmissor e um receptor, predominantemente na cor preta, projetado para transmitir sinais de áudio e vídeo em alta definição (Full HD 1080p a 60Hz) sem a necessidade de cabos para até quatro receptores compatíveis de forma simultânea, com alcance de até 200 metros em ambiente aberto, utilizando frequência de transmissão sem fio na faixa de 2.4GHz e 5GHz (5.8G, transmissão em duas bandas) para garantir baixa latência e alta estabilidade; o transmissor possui função de loopout HDMI, permitindo a conexão simultânea a um monitor local e ao receptor remoto, e suporta controle remoto IR, possibilitando o controle de dispositivos conectados à distância; compatível com diversos dispositivos, como câmeras DSLR, laptops, projetores e sistemas de entretenimento, o kit oferece instalação simples com tecnologia Plug and Play, dispensando a necessidade de drivers ou configurações adicionais; a embalagem deve conter: 01 (um) receptor sem fio (RX), 01 (um) transmissor sem fio (TX), 04 (quatro) antenas compatíveis, 02 (dois) cabos Tipo C, 02 (dois) adaptadores/fonte de energia (5V e 2A, Bivolt), 02 (dois) cabos IR e 01 (um) manual; o produto deve ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: 2A9OZ-WL009, Marca BovBox.	02	O material, na quantidade pretendida, destina-se à aplicação em suporte às atividades administrativas e sistêmicas do GABAER e Organizações Militares (OMs) apoiadas, com aplicação no parque computacional sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações (ATIC) desta OM.
	Sistema de microfone de lapela sem fio digital UHF, composto por 01 (um) microfone de grampo (lapela) condensador com padrão omnidirecional polar cardioide (Padrão ME 2), resposta de frequência de 50 Hz a 18.000 Hz, sensibilidade de 40 mV /Pa, nível de pressão sonora máximo de 120 dB SPL, nível de ruído equivalente de pelo menos 31 dB, cabo com comprimento de pelo menos de 1,6 metros e conector TRS de 3,5 mm; com 01 (um) transmissor bodypack com potência de transmissão de		O material, na quantidade pretendida, destina-

3	<p>10 mW ERP, alimentação por 2 pilhas AA de 1,5 V (inclusas) ou bateria recarregável opcional, autonomia de até 8 horas com pilhas alcalinas, dimensões aproximadas de 63 x 80 x 20 mm e peso de aproximadamente 120 g; com 01 (um) receptor de mesa ou para montagem em rack (1/2 rack, 1U), com largura de banda de 56 MHz, até 2.240 frequências selecionáveis, resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, latência de 1,9 ms, conectores de saída XLR balanceado e P10 (1/4") não balanceado, com antenas BNC removíveis, alimentação por adaptador AC/DC (11–13 VDC, 300 mA), dimensões aproximadas de 212 x 44 x 189 mm; sistema compatível com aplicativo de configuração via Bluetooth Low Energy, permitindo emparelhamento e gerenciamento remoto; o produto deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Modelo de Referência: EW-D ME2 Set (nº 508700), Marca: Sennheiser.</p>	02	<p>se à aplicação em suporte às atividades administrativas e sistêmicas do GABAER e Organizações Militares (OMs) apoiadas, com aplicação no parque computacional sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações (ATIC) desta OM.</p>
4	<p>Caixa de cabo de par trançado do tipo UTP, categoria 6, adequado para instalações de redes de dados estruturadas de alto desempenho, com frequência de operação de até 250 MHz e compatível com os padrões TIA/EIA-568-C. 2 e ISO/IEC 11801 Classe E, desenvolvido para suportar aplicações de transmissão de dados em velocidades de até 1 Gbps (Gigabit Ethernet) e aplicações PoE passivas e ativas (IEEE 802.3af/at), fabricado com condutores sólidos de cobre eletrolítico, isolados individualmente por material termoplástico, com capa externa em PVC antichama na cor azul, livre de chumbo (Lead Free), com impressão contínua de metragem e identificação sequencial a cada metro, para melhor gerenciamento da instalação; fornecido em caixa tipo easy box de 305 metros (1000 pés), com sistema interno que permite fácil extração do cabo sem torções; resistente a interferências eletromagnéticas, com controle de impedância e baixa perda de inserção (IL), atendendo aos requisitos de desempenho de NEXT, PSNEXT, ACR e RL, certificado pela ANATEL; o item deverá ser entregue novo, original de fábrica, em embalagem lacrada, contendo identificação do lote, fabricante, e especificações técnicas impressas; deverá possuir</p>	02	<p>O material, na quantidade pretendida, destina-se à aplicação em suporte às atividades administrativas e sistêmicas do GABAER e Organizações Militares (OMs) apoiadas, com aplicação no parque computacional sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações (ATIC) desta OM.</p>



## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento será aplicado cumprindo o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, conforme inciso III, Art. 47, da Lei 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes com a presente contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratação do GABAER por meio do identificador de número: 120001/000012/2025, publicado no PNCP.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A presente contratação resultará em melhores condições de funcionamento, desempenho e confiabilidade da infraestrutura tecnológica, uma vez que os materiais a serem adquiridos são bens de consumo na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de natureza durável e de alta qualidade. Tais recursos são essenciais para a operacionalização de sistemas e equipamentos de rede, áudio e vídeo utilizados em atividades institucionais. A adoção desses materiais contribuirá diretamente para a manutenção da segurança organizacional, garantindo a correta estruturação da infraestrutura tecnológica, além de assegurar a continuidade dos serviços e o suporte adequado às rotinas administrativas e operacionais da unidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se vislumbram providências a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao descarte de resíduos eletrônicos, como cabos, conectores e componentes de rede. Para mitigar esses efeitos, recomenda-se:

- Adoção de produtos duráveis e de qualidade;
- Escolha de fornecedores que pratiquem logística reversa;
- Destinação adequada dos itens obsoletos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 /2010).

Trata-se de impactos pontuais e controláveis, desde que observadas práticas sustentáveis e responsáveis no ciclo de vida dos produtos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1 A contratação se mostra técnica e economicamente viável e atende às necessidades do GABAER.

15.1.2. As informações contidas neste Estudo Preliminar não são classificadas como sigilosas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Documento emitido em Brasília/DF, dia 14 de outubro de 2025.

**PEDRO JOSE DE ALMEIDA LEITE**

## Equipe de Planejamento

**GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS**

## Equipe de Planejamento

TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN

## Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	12/11/2025 17:57:22
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	99bd10b81c9f76c7f2f46829d09f3e61
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN no dia 12/11/2025 às 15:03:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS no dia 12/11/2025 às 15:04:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA LEITE no dia 12/11/2025 às 15:22:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA LEITE no dia 12/11/2025 às 15:24:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE no dia 13/11/2025 às 07:57:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel GUSTAVO PESTANA GARCEZ no dia 14/11/2025 às 12:42:34 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ETP (Documento já foi assinado na DNR)
Data/Hora de Criação:	26/11/2025 14:27:19
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	182679972f0cb492c3b88baed524cda9
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE no dia 26/11/2025 às 15:01:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RODRIGO DE OLIVEIRA LEITE no dia 26/11/2025 às 15:01:38 no horário oficial de Brasília.